

direitos humanos

diálogos ibero-americanos

Julio César de Oliveira Vellozo

Lauro Ishikawa

Marco Aurélio Florêncio Filho

autores
orgs

Javier García Medina

Lauro Ishikawa

Marcos Sacristán Represa

Thiago Lopes Matsushita

autores
coords

direitos
humanos

diálogos ibero-americanos

direitos humanos

diálogos ibero-americanos

Julio César de Oliveira Vellozo

Lauro Ishikawa

Marco Aurélio Florêncio Filho

autores
ORGS

Javier García Medina

Lauro Ishikawa

Marcos Sacristán Represa

Thiago Lopes Matsushita

autores
coords



Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, Javier García Medina
Copyright © 2019, Lauro Ishikawa
Copyright © 2019, Marcos Sacristán Represa
Copyright © 2019, Thiago Lopes Matsushita

Editor Chefe

Plácido Arraes

Produtor Editorial

Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico

Leticia Robini

Diagramação

Bárbara Rodrigues

Enzo Zaqueu

Leticia Robini

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

MEDINA, Javier García; ISHIKAWA, Lauro; REPRESA, Marcos Sacristán; MAT-SUSHITA, Thiago Lopes. [Coords.] VELLOZO, Julio César de Oliveira; ISHIKAWA, Lauro; FILHO, Marco Aurélio Florêncio. [Orgs.]-- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.
1050 p.

ISBN: 978-85-60519-73-6

1. Direito. 2. Direitos humanos. I. Título.

CDD340

CDU340

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

Prefácio	15
Apresentação	23
1. A aplicabilidade dos princípios orientadores sobre empresas e direitos humanos e os reflexos na redução dos conflitos empresariais	27
<i>Rafael Alves Nespolo</i> <i>Thiago Rebelatto Zorzeto</i> <i>Fernanda Alves Curbage</i>	
2. A evolução jurídica dos direitos humanos relativos à identidade de gênero nos países latinos: uma questão de respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana	41
<i>Horácio Monteschio</i> <i>Marta Beatriz Tanaka Ferdinandi</i>	
3. A reconfiguração do princípio da legalidade administrativa e a supremacia dos valores constitucionais	61
<i>Felipe Faiwichow Estefam</i>	
4. A reserva do possível e a implementação de direitos sociais	91
<i>Candido Mendes Neto</i> <i>Robervani Pierin do Prado</i>	

**5. A importância da saúde suplementar
e sua função social..... 113**

Sandro Marcos Godoy

**6. Relativização do acesso à justiça pelo interesse de agir
e o favorecimento aos meios extrajudiciais de
solução de conflitos..... 131**

Rafael Alves Nespolo

Thiago Rebelatto Zorzeto

Silmara B. Z. Affonso Ferreira

**7. Políticas Públicas e Direitos Humanos no Brasil: em busca
de uma transversalidade em favor dos refugiados..... 147**

Rafael Almeida Callegari

Robervani Pierin do Prado

Sueli Aparecida de Oliveira Bissi

8. Controle e fiscalização do serviço concedido..... 165

Ronaldo Chadid

9. O Neoconstitucionalismo na Europa e no Brasil..... 185

Josué Ricardo Menossi de Freitas

Marco Antonio Santos Vicente

**10. Identidade de gênero e o registro
civil das pessoas naturais..... 199**

André de Carvalho Barbosa Álvares

Ricardo Henrique Alvarenga Cunha

11. O princípio da vedação do retrocesso no Brasil..... 221

Bruno Casagrande e Silva

Hugo Rogério Grokskreutz

12. Relações privadas e repercussões sociais – tutela jurídica direta e indireta.....241

Lauro Ishikawa
Sandro Marcos Godoy

13. Arbitragem e atração de investimentos como fomentador dos direitos humanos.....265

João Leonardo Fustaino Junior
Gustavo Paula Leite Rocha Junior

14. Testamento vital: Direito humano à vida digna e à liberdade.....277

Ivy Helene Lima Pagliusi
Yuri Amorim da Cunha

15. Atividade empresarial, intervenção estatal e Estado Democrático de Direito na ordem constitucional brasileira.....295

Cintia Maria Scheid
Givanildo Nogueira Constantinov

16. Dos deveres fundamentais: Uma categoria olvidada e a tributação.....315

Antonio José Mattos do Amaral

17. Criminal compliance e suas implicações em direitos humanos: A conformidade como meio de exclusão da responsabilidade penal de gestores.....333

Marco Antonio Santos Vicente
Josué Ricardo Menossi de Freitas

18. As redes de controle da gestão pública: instrumento constitucional de efetividade da governança pública.....355

Moises Maciel
Alisson Carvalho de Alencar

19. Neoliberalismo e democracia: O fim do estado social? 375

António José Avelãs Nunes

**20. A criança migrante com “status” de refugiada
no Brasil e a projeção de seus abandonos..... 395**

Maria Fernanda César Las Casas de Oliveira

Cleide Aparecida Vitorino

**21. El derecho europeo de la competencia:
una panorámica general..... 417**

Luis Antonio Velasco San Pedro

**22. Direito à duração razoável do processo e
direitos humanos. Uma construção histórica..... 437**

Riccardo Marcori Varalli

**23. Direito econômico e direito do trabalho: uma relação
de equilíbrio dos direitos humanos fundamentais..... 451**

Túlio Augusto Tayano Afonso

**24. Ações afirmativas no poder judiciário: Sistema de cotas
étnico-raciais..... 463**

Cleide Aparecida Vitorino

Izabel Vitorino de Oliveira

**25. O acesso à informação pelos órgãos de controle face ao
direito à privacidade..... 477**

Alisson Carvalho de Alencar

Moisés Maciel

**26. A prática da boa governança corporativa enquanto
instrumento de garantia do direito humano ao
desenvolvimento..... 497**

Lauro Ishikawa

27. Controle pelos tribunais de contas do cumprimento dos direitos humanos nos presídios brasileiros: uma proposta de atuação.....	511
---	------------

Alisson Carvalho de Alencar

28. Ações lesivas praticadas no âmbito do desenvolvimento da atividade empresarial e a (in)compatibilidade com propostas de responsabilização penal do ente coletivo.....	531
--	------------

Robervani Pierin do Prado

29. As redes de controle da gestão pública: instrumento constitucional de efetividade da governança pública.....	547
---	------------

Moises Maciel

Alisson Carvalho de Alencar

30. Educação inclusiva e direitos humanos: Aplicabilidade no ensino superior por meio do Núcleo de Educação Inclusiva do Centro Universitário Alves Faria.....	567
---	------------

Fabine Évelin Romão Pimentel

Luciana Ramos Jordão

31. Cláusula de barreira, lista fechada e seus aspectos no sistema político brasileiro.....	583
--	------------

Francisco Pedro Jucá

Horácio Monteschio

32. A criônica humana e o direito: Uma discussão sobre a vida em espera.....	597
---	------------

Renata Maria Silveira Toledo

Maria Fernanda César Las Casas de Oliveira

33. Bullying no Whatsapp: O (des)conhecimento do limite da liberdade de expressão como fato gerador de responsabilidade civil.....619

Elisângela Cruz Faria

Priscilla Paula de Oliveira Prado

Robervani Pierin do Prado

34. Duelo ou Diálogo – Hate Speech! construindo a ponte civil-constitucional a proibição do discurso do ódio.....631

Guilherme Vieira Negrão

35. Estudo de caso: programa action - Mercado Livre A mediação na solução de controvérsias entre usuários da internet.....655

Humberto Chiesi Filho

36. O fracking em face do ordenamento jurídico brasileiro: Estudo crítico à luz do princípio da precaução e da concepção do ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental transgeracional673

Luís Roberto Gomes

37. Direito humano ao meio ambiente e a efetividade de sua proteção no plano internacional.....697

João Emilio de Assis Reis

Carlos Alberto Ferri

38. O efeito pendular dos direitos humanos e sua lamentável distorção.....713

Juliana Melillo Barreira

39. O estado garantidor e seus limites: As múltiplas vestes do estado e a crítica de avelãs nunes.....727

Ricardo Luiz de Lima Trindade

Naymi Salles Fernandes Silva Torres

Nicholas Salles Fernandes Silva Torres

40. O oficial de registro de imóveis como garantidor dos direitos fundamentais à propriedade e à moradia.....743

Gustavo Paula Leite Rocha Junior

Olavo Figueiredo Cardoso Junior

41. O trabalho infantil sob a ótica dos direitos humanos.759

Jamille Ribeiro Pires Hasegawa

42. Os direitos humanos sob influência da globalização.....779

Nicholas Salles Fernandes Silva Torres

Naymi Salles Fernandes Silva Torres

Ricardo Luiz de Lima Trindade

43. Razão e Estado em Hegel: sobre os fundamentos ontológicos da sociedade moderna.....793

Wécio Pinheiro Araújo

44. Responsabilidad social de la empresa y normas laborales.....813

Azucena Escudero Prieto

45. Transexualidade e direitos humanos: A possibilidade de retificação do nome no registro civil das pessoas naturais.....845

Priscila Alves Patah

Rodrigo Rodrigues

46. Tribunal Penal Internacional: jurisdição e questões polêmicas em relação ao direito brasileiro.....859

Janaina Thais Daniel Varalli

47. La contratación pública y la promoción de los derechos humanos.....883

Elena Cristina Tudor

48. Influências do triênio liberal espanhol nas primeiras codificações brasileiras.....895

Júlio César de Oliveira Vellozo

49. O efeito dessocializador da pena privativa de liberdade: corolário das incessantes violações dos direitos humanos.....919

Anderson Luiz Brasil Silva

50. Enfoque basado en derechos humanos en las políticas públicas941

Javier García Medina

51. Derecho de sociedades mercantiles “El derecho de sociedades español: de los Códigos de Comercio del siglo XIX al Anteproyecto de Código Mercantil del siglo XXI; un breve recorrido histórico”...957

Jesús Quijano González

52. Arbitragem e atração de investimentos como fomentador dos direitos humanos.....975

*João Leonardo Fustaino Junior
Gustavo Paula Leite Rocha Junior*

53. La prohibición universal de la trata de personas.....987

Luis-Carlos Amezúa Amezúa

54. O capitalismo humano e o paradigma dos direitos humanos na sociedade complexa.....1007

Thiago Lopes Matsushita

55. Direito humano ao trabalho do profissional estrangeiro no brasil.....1021

Bruno Valverde Chahaira

Allan Marcilio Lima de Lima Filho

56. Direitos socioeconômicos na periferia do capitalismo: uma proposta de mudança.....1041

André Ramos Tavares

Autores.....1049

Prefácio

O Programa de Pós-Graduação (Stricto Sensu) da Faculdade Autônoma de Direito – FADISP está centrado nos estudos acerca da Função Social do Direito, organizados em torno do Acesso à Justiça e às Constituições e da Constitucionalização dos Institutos do Direito Privado, sendo este o único a ser trabalhado no âmbito de uma Faculdade Privada na Capital de São Paulo.

Em razão da amplitude das áreas de Concentração, abriga uma gama considerável de artigos e projetos de pesquisa, sendo os selecionados para integrar a presente obra considerados pertinentes ao momento pelo qual atravessa a população brasileira em razão de suas inquietudes.

Os artigos publicados neste livro abordam diversas questões caras ao Direito contemporâneo em áreas tão distintas quanto os direitos humanos, a filosofia do Direito e o direito empresarial, passando por questões governamentais e do Direito Civil.

Dada a atualidade do tema, diversos artigos trataram dos direitos da população transsexual. Em “A evolução jurídica dos direitos humanos relativos à identidade de gênero nos países latinos: uma questão de respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana”, Horácio Monteschio e Marta Beatriz Tanaka Ferdinandi se debruçam sobre o conceito de transsexualidade e observam como países latinos como Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Bolívia lidam com esse conceito e garantem ou não os direitos das pessoas trans.

Em “Identidade de gênero e o registro civil das pessoas naturais”, André de Carvalho Barbosa Álvares e Ricardo Henrique Alvarenga Cunha tratam da possibilidade de redesignação do nome e do gênero de transexuais e intersexuais pela via extrajudicial, uma vez que a autodefinição seria um direito básico do cidadão.

Já em “Transsexualidade e direitos humanos: a possibilidade de retificação do nome no registro civil das pessoas naturais”, Priscila Alves Patah e Rodrigo

Rodrigues discutem a possibilidade de alteração do assento do registro civil das pessoas transexuais para modificação do nome com base nos direitos humanos e concluem que a jurisprudência brasileira evoluiu nos últimos anos, possibilitando a alteração de nome em diversos casos além dos que estão previstos em lei, mas que, por outro lado, a maioria das decisões ainda exige a cirurgia de redesignação do sexo para alterar o nome.

Dois artigos se dedicam aos direitos da criança. Em “O trabalho infantil sob a ótica dos direitos humanos”, Jamille Ribeiro Pires Hasegawa analisa a questão do trabalho infantil e os instrumentos jurídicos nacionais e internacionais destinados ao seu combate. Já em “A criança migrante com ‘status’ de refugiada no Brasil e a projeção de seus abandonos”, Maria Fernanda César Las Casas de Oliveira e Cleide Aparecida Vitorino traçam um panorama histórico da evolução dos direitos da criança e do adolescente, apresentando um comparativo entre as proteções conferidas por legislações, tratados e convenções internacionais e as leis brasileiras.

Ainda no tema dos refugiados, o artigo “Políticas públicas e direitos humanos no Brasil: em busca de uma transversalidade em favor dos refugiados”, de Rafael Almeida Callegari, Robervani Pierin do Prado e Sueli Aparecida de Oliveira Bissi, analisa as políticas públicas brasileiras que tratam da aceitação e do acolhimento de refugiados.

Em “A importância da saúde suplementar e sua função social”, Sandro Marcos Godoy trata da questão dos planos de saúde, buscando demonstrar a importância da saúde suplementar como forma de complementação da obrigação estatal de permitir que os cidadãos tenham assegurado seu acesso aos serviços médicos. Já em “A reserva do possível e a implementação de direitos sociais”, Candido Mendes Neto e Robervani Pierin do Prado analisam como o princípio da reserva do possível pode garantir que as prestações estatais beneficiem toda a coletividade, e não a indivíduos determinados, em especial no que se refere ao direito à saúde.

“Direito econômico e direito do trabalho: uma relação de equilíbrio dos direitos humanos fundamentais”, de Túlio Augusto Tayano Afonso, busca estudar a relação entre Direito Econômico e Direito do Trabalho sob a perspectiva dos direitos humanos fundamentais. Ainda no tema trabalho, Luis Carlos Amezúa Amezúa defende uma ampliação do conceito de escravidão para enfrentar situações de exploração extrema causadas pela crescente precariedade das relações de trabalho em seu artigo “La prohibición universal de la trata de personas”. Em “Direito humano ao trabalho do profissional estrangeiro no Brasil”, Bruno Valverde Chahaira e Allan Marcilio Lima de Lima Filho fazem uma revisão das leis que regulam a mão de obra estrangeira no Brasil e constatam que elas deveriam ser flexibilizadas a fim de incluir mais trabalhadores. Enquanto isso, Cleide Aparecida Vitorino e Izabel Vitorino de Oliveira analisam a evolução

das políticas de ação afirmativa no Brasil e no âmbito internacional no artigo “Ações afirmativas no poder judiciário: sistema de cotas étnico-raciais”.

Em “A aplicabilidade dos princípios orientadores sobre empresas e direitos humanos e os reflexos na redução dos conflitos empresariais”, Rafael Alves Nespolo, Thiago Rebelatto Zorzeto e Fernanda Alves Curbage mostram como a aplicação dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos elaborado pela Organização das Nações Unidas poderia ajudar a minimizar conflitos empresariais e trabalhistas vividos por empresas brasileiras. Já em “Direito à duração razoável do processo e direitos humanos: uma construção histórica”, Riccardo Marcori Varalli trata da formulação do conceito de duração razoável do processo e de como ele seria parte inalienável do direito de acesso à Justiça.

Os direitos humanos surgem ainda no texto “Os direitos humanos sob influência da globalização”, onde Nicholas Salles Fernandes Silva Torres, Naymi Salles Fernandes Silva Torres e Ricardo Luiz de Lima Trindade analisam os efeitos da globalização sobre os direitos humanos e discutem medidas propostas por defensores dos direitos humanos para conciliar o desenvolvimento econômico com as demais necessidades da população. Já em “O efeito pendular dos direitos humanos e sua lamentável distorção”, Juliana Melillo Barreira traça um histórico dos direitos humanos e discute casos em que o conceito pode ter sido desvirtuado.

Em “Arbitragem e atração de investimentos como fomentador dos direitos humanos”, João Leonardo Fustaino Junior e Gustavo Paula Leite Rocha Junior analisam instituto da arbitragem como uma ferramenta na atração de investimentos estrangeiros ao gerar mais segurança aos investidores. Já em “Testamento vital: direito humano à vida digna e à liberdade”, Ivy Helene Lima Pagliusi e Yuri Amorim da Cunha traçam os principais fundamentos para aceitação do testamento vital como instrumento correlato ao exercício dos direitos humanos, da vida digna e da liberdade individual.

Alisson Carvalho de Alencar discorre acerca do papel dos Tribunais de Contas brasileiros na fiscalização da economicidade, legitimidade e legalidade das políticas públicas do Estado direcionadas ao cumprimento dos direitos humanos dos presidiários em “Controle pelos tribunais de contas do cumprimento dos direitos humanos nos presídios brasileiros: uma proposta de atuação”. Já em “Duelo ou Diálogo — Hate Speech! Construindo a ponte civil-constitucional a proibição do discurso do ódio”, Guilherme Vieira Negrão reflete sobre mudanças no ordenamento jurídico que poderiam garantir que a autonomia do indivíduo fosse preservada ao mesmo tempo que o discurso de ódio pudesse ser combatido.

Fabine Evelin Romão Pimentel e Luciana Ramos Jordão apresentam um estudo de caso sobre a implantação e desenvolvimento do trabalho realizado no Núcleo de Educação Inclusiva do Centro Universitário Alves Faria (NEI-

-UNIALFA), discutindo sua realização como corolário do dever fundamental imposto pelo legislador constituinte em decorrência da eficácia horizontal dos direitos humanos em “Educação inclusiva e direitos humanos: aplicabilidade no ensino superior por meio do núcleo de educação inclusiva do Centro Universitário Alves Faria”. Já Elisângela Cruz Faria, Priscilla Paula de Oliveira Prado e Robervani Pierin do Prado fazem uma análise jurídica do fenômeno do cyberbullying focando no uso do aplicativo Whatsapp em “Bullying no WhatsApp: o (des)conhecimento do limite da liberdade de expressão como fato gerador de responsabilidade civil”.

O direito internacional é tema de outros tantos trabalhos. Em “Direito humano ao meio ambiente e a efetividade de sua proteção no plano internacional”, João Emilio de Assis Reis e Carlos Alberto Ferri analisam o surgimento do direito ambiental e sua consolidação enquanto ramo específico do direito internacional. Em “La contratación pública y la promoción de los derechos humanos”, Elena Cristina Tudor discute como as redes transnacionais de produção podem impactar sobre os direitos humanos e como os Estados podem agir para garantir o bem-estar dos cidadãos mais vulneráveis. Um tema correlato é abordado em “Responsabilidad social de la empresa y normas laborales”, onde Azucena Escudero Prieto discute os direitos trabalhistas em um contexto em que a produção se dá em um contexto cada vez mais transnacional.

Já em “Tribunal penal internacional: jurisdição e questões polêmicas em relação ao direito brasileiro”, Janaina Thais Daniel Varalli aborda os fatores históricos que levaram à criação de um Tribunal Penal Internacional permanente, bem como os crimes que competem a esse tribunal, seus procedimentos e penas. O artigo também discute como fica a questão da soberania uma vez que, embora o Brasil tenha assinado e ratificado o documento que criou o Tribunal Penal Internacional, há questões polêmicas em relação ao Direito Interno uma vez que o documento traz disposições que, a princípio, podem parecer contrariar a legislação nacional, como a imposição da pena de prisão perpétua, a imprescritibilidade dos crimes de sua competência, a entrega do acusado para julgamento e a inexistência de imunidades. Em “O efeito dessocializador da pena privativa de liberdade: corolário das incessantes violações dos direitos humanos”, Anderson Luiz Brasil Silva discute como a falência do sistema prisional faz com que a restrição da liberdade não seja um mecanismo útil na reintegração do criminoso à sociedade.

Enquanto isso, o mestre Antônio José Avelãs Nunes fala de como as políticas de austeridade criadas para combater a crise econômica de 2008 constroem uma falsa ideia de que o Estado social seria materialmente inviável em “Neoliberalismo e democracia: o fim do Estado social?”. Em “El derecho europeo de la competencia: una panorámica general”, Luis Antonio Velasco San Pedro explica como a União Europeia lidou com o direito de competência desde sua formação até hoje.

O Direito empresarial surge em artigos como “Atividade empresarial, intervenção estatal e estado democrático de direito na ordem constitucional brasileira”, onde Cintia Maria Scheid e Givanildo Nogueira Constantinov analisam a problemática que envolve a função social dos meios de produção na atividade empresarial e a questão da intervenção estatal na ordem econômica constitucional brasileira. Está ainda em “Dos deveres fundamentais: uma categoria olvidada e a tributação”, onde Antonio José Mattos do Amaral trata da noção de deveres fundamentais como categoria constitucional autônoma, concentrando-se no dever de pagamento de tributos pela classe empresarial. Já em “Criminal compliance e suas implicações em direitos humanos: a conformidade como meio de exclusão da responsabilidade penal de gestores”, Marco Antonio Santos Vicente e Josué Ricardo Menossi de Freitas lançam um olhar sobre o instituto da “criminal compliance” como forma de defesa das pessoas e das instituições frente à utilização do direito penal como instrumento de combate às consequências negativas da atividade econômica. Em “Ações lesivas praticadas no âmbito do desenvolvimento da atividade empresarial e a (in)compatibilidade com propostas de responsabilização penal do ente coletivo”, Robervani Pierin do Prado averigua a viabilidade jurídica de o Estado responsabilizar criminalmente a pessoa jurídica por atos lesivos que venham a ser praticados em seu nome.

Questões mais ligadas ao Estado são trabalhadas em textos como “A reconfiguração do princípio da legalidade administrativa e a supremacia dos valores constitucionais”, no qual Felipe Faiwichow Estefam fala de como o princípio da legalidade é fruto do liberalismo e sua consagração destinou-se a limitar o poder no contexto do surgimento do Estado de Direito. Em “Controle e fiscalização do serviço concedido”, Ronaldo Chadid aborda a questão das concessões de serviços públicos e do papel dos órgãos gestores do Tribunal de Contas para tornar esse processo de concessão mais transparente e eficiente, garantindo que a população receba serviços dignos.

Em “As redes de controle da gestão pública: instrumento constitucional de efetividade da governança pública”, Moises Maciel e Alisson Carvalho de Alencar falam de como as Redes de Controle da Gestão Pública podem contribuir para a concretização do Estado Democrático de Direito previsto na Constituição de 1988 e para a efetivação do princípio da eficiência na administração pública através do combate à corrupção e à improbidade administrativa e de um sistema de governança pública colaborativa de natureza técnica, científica e operacional. Já em “A prática da boa governança corporativa enquanto instrumento de garantia do direito humano ao desenvolvimento”, Lauro Ishikawa analisa a aplicação de métodos e procedimentos relativos à boa governança no âmbito corporativo enquanto instrumento de garantia do direito humano ao desenvolvimento.

Em “A criônica humana e o direito: uma discussão sobre a vida em espera”, Renata Maria Silveira Toledo e Maria Fernanda César Las Casas de Oliveira trazem à baila a discussão sobre a possibilidade de dispor do próprio corpo no que tange à aplicação da criogenia após a declaração legal da morte e sugerem alterações legislativas e a utilização de outros mecanismos legais já previstos para a viabilidade jurídica dessa técnica no Brasil. Já em “Estudo de caso: programa Action — Mercado Livre — a mediação na solução de controvérsias entre usuários da internet”, Humberto Chiesi Filho analisa o uso da mediação na solução de conflitos envolvendo compradores e vendedores do site Mercado Livre. Em “Relativização do acesso à Justiça pelo interesse de agir e o favorecimento aos meios extrajudiciais de solução de conflitos”, Rafael Alves Nespolo, Thiago Rebelatto Zorzeto e Silmara B. Z. Affonso Ferreira analisaram o conflito advindo do direito constitucional de acesso à Justiça com a condicionante do interesse processual, previsto no art. 17 do Novo Código de Processo Civil Brasileiro.

Em “O neoconstitucionalismo na Europa e no Brasil”, Josué Ricardo Menossi de Freitas e Marco Antonio Santos Vicente tecem uma crítica da classificação do neoconstitucionalismo enquanto doutrina pós-positivista a partir do estudo dos principais doutrinadores dessa escola. Já em “O princípio da vedação do retrocesso no Brasil”, Bruno Casagrande e Silva e Hugo Rogério Grokskreutz falam de como a Constituição Brasileira de 1988 calcou-se no princípio de vedação do retrocesso, que determina que os direitos humanos já materializados constituam um patamar mínimo, não podendo ser revogados.

Thiago Matsushita, em “O Capitalismo humano e o paradigma dos direitos humanos na sociedade complexa”, trata da centralidade do capital humano na sociedade moderna e de sua relação com a garantia dos direitos humanos e do favorecimento da dignidade da pessoa humana e da justiça social. Já o artigo “Enfoque basado en derechos humanos en las políticas públicas”, de Javier García Medina, defende que os direitos humanos sejam utilizados como base da formulação de políticas públicas tendo em vista que esses direitos formam a base legitimadora do sistema jurídico.

Em “Relações privadas e repercussões sociais — tutela jurídica direta e indireta”, Lauro Ishikawa e Sandro Marcos Godoy tratam das dificuldades de se equacionar as relações privadas e sociais em um novo comando constitucional que reconhece a função social de institutos antes vistos exclusivamente no âmbito privatista como a propriedade, a empresa e o meio ambiente. Já em “O acesso à informação pelos órgãos de controle face ao direito à privacidade”, Alisson Carvalho de Alencar e Moisés Maciel tratam do conflito entre o dever de fiscalização dos órgãos de controle e o direito individual da privacidade e de como ele pode ser solucionado.

Em “Cláusula de barreira, lista fechada e seus aspectos no sistema político brasileiro”, Francisco Pedro Jucá e Horácio Monteschio defendem que a adoção

de um sistema de eleição diferenciado, fixado em uma lista fechada, pode ser uma alternativa ao atual sistema de eleições proporcionais baseadas em ligações. Já em “Razão e Estado em Hegel: sobre os fundamentos ontológicos da sociedade moderna”, Wécio Pinheiro Araújo se debruça sobre os conceitos de Razão e de Estado na filosofia do direito hegeliana a fim de demonstrar como tais categorias estão consignadas à visão ontológica daquele filósofo.

Em “O oficial de registro de imóveis como garantidor dos direitos fundamentais à propriedade e à moradia”, Gustavo Paula Leite Rocha Junior e Olavo Figueiredo Cardoso Junior analisam como a atuação do oficial de registro pode ser um mecanismo de garantia do direito à moradia. Já em “O Estado garantidor e seus limites: as múltiplas vestes do Estado e a crítica de Avelãs Nunes”, Ricardo Luiz de Lima Trindade, Naymi Salles Fernandes Silva Torres e Nicholas Salles Fernandes Silva Torres destacam a contribuição de António José Avelãs Nunes para o desenvolvimento da Teoria do Estado, associando as transformações experimentadas com a racionalidade da economia e as dificuldades enfrentadas pelo modelo de Estado Social.

Júlio César de Oliveira Vellozo demonstra a importância da Espanha na construção da legislação brasileira sobre responsabilidade dos empregados públicos no início do século XIX no artigo “Influências do triênio liberal espanhol nas primeiras codificações brasileiras”. Também com um foco histórico, Jesús Quijano González apresenta um histórico dos códigos de comércio Espanhol do século XIX ao anteprojeto de código mercantil do século XXI em “El derecho de sociedades Español: de los Códigos de Comercio del siglo XIX al Anteproyecto de Código Mercantil del siglo XXI; un breve recorrido histórico”. Já o artigo “Direitos socioeconômicos na periferia do capitalismo: uma proposta de mudança”, de André Ramos Tavares, defende a ideia de que, ao contrário de outras épocas, em que o desafio jurídico fundamental era eliminar leis discriminatórias contra a população mais carente, a questão fundamental hoje é repensar as bases do modelo jurídico que propiciam a desigualdade extrema.

Por fim, em “O fracking em face do ordenamento jurídico brasileiro: estudo crítico à luz do princípio da precaução e da concepção do ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental transgeracional”, Luís Roberto Gomes explica como se dá a produção de gás natural não convencional a partir de formações rochosas profundas e por que técnica não deve ser permitida pelo ordenamento jurídico brasileiro com base no princípio da precaução e na concepção do ambiente como direito transgeracional.

A coletânea de tão preciosos artigos, todos alinhados com as expectativas do Programa de Pós Graduação da FADISP, quais sejam a contribuição para o encaminhamento de soluções sobre demandas latentes no seio da sociedade, resulta de anos de reuniões realizadas no ambiente da Universidade de Valladolid,

na Espanha, de um grupo seletíssimo de pesquisadores por meio de convênio internacional celebrado por ambas as Instituições.

Assim, manifestando a nossa satisfação em podermos prefaciá-la esta importante Obra desejamos aos leitores que usufruam dos saberes aqui contidos de maneira produtiva e eficaz.

José Alves Filho

Presidente da Faculdade Autônoma de Direito e do
Centro Educacional Alves Faria

Apresentação

O Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade Autônoma de Direito (FADISP) instituiu em 2014 o Programa Geral de Cooperação Internacional, com o objetivo de fomentar a pesquisa, ensino e extensão, envolvendo Professores, Mestrandos e Doutorandos.

No âmbito deste Programa, três importantes Convênios Acadêmicos estão em franco desenvolvimento, com a *Universidad de Valladolid* (Espanha), com a *Universidad de Salamanca* (Espanha) e com a *Università di Siena* (Itália).

Pela FADISP, são realizados: (i) o Projeto “Regulação Jurídica da Atividade Econômica”, liderado pelo Professor Doutor Francisco Pedro Jucá, com o apoio da *Universidad de Salamanca*; e (ii) o Projeto “Efetividade do Direito ao Desenvolvimento e Dignidade Humana”, liderado pelo Professor Doutor Lauro Ishikawa, com o apoio da *Universidad de Valladolid*.

Pelo Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA), o Grupo de Pesquisa do Núcleo de Estudos de Desenvolvimento Econômico e Empresarial do UNIALFA (UNIALFA/NEDEMP), liderado pelos Professores Doutores André Ramos Tavares e Thiago Lopes Matsushita, realiza anualmente o *Summer School*, com apoio da *Università di Siena*.

O objetivo maior dos Convênios Acadêmicos é realizar uma efetiva cooperação internacional, oferecendo oportunidades para mobilidade dos alunos de Mestrado e Doutorado e dos Professores dos Programas, além da produção científica em alto nível.

Nesse sentido, os Seminários, Congressos e Cursos de Extensão Internacionais, têm aprimorado a produção dos docentes e discentes, pois contam com a participação de Professores e Pesquisadores de altíssimo mérito acadêmico e científico.

É importante ressaltar que os alunos de Mestrado e de Doutorado da FADISP são oriundos de todas as regiões do Brasil, motivando ainda mais a

promoção de eventos científicos qualificados para que ao regressarem a seus Estados, possam disseminar novos conhecimentos e atuarem como agentes transformadores em seus respectivos campos de influência.

Acerca da presente obra, alguns apontamentos são necessários.

Desde 2015, a *Universidad de Valladolid* é anfitriã do *Congreso Internacional Hispano-Brasileño: Derechos Humanos*, cuja atividade é realizada anualmente.

Além das Palestras proferidas pelos Professores, o III Congresso de 2017 contou com a apresentação de 25 (vinte e cinco) trabalhos de pesquisa aprovados previamente por pareceristas, no sistema *double blind review*, conforme Edital de chamada de artigos publicada no site da FADISP. As exposições orais foram realizadas por alunos de Graduação, Mestrado e Doutorado da FADISP, UNIALFA, da Universidad de Valladolid, além da participação de alunos de diversas regiões do Brasil.

O Vice-Decano da Faculdade de Direito e Diretor do *Observatorio de Derechos Humanos da Universidade de Valladolid (UVa)*, Dr. Javier García Medina, em sua Palestra de abertura ressaltou a importância do Convênio Acadêmico Internacional mantido entre a UVA e a FADISP, anunciando em seu discurso a realização do IV Congresso em 2018. Informou que todos os temas encaminhados para o Congresso tinham uma conexão com os debates atuais sobre Direitos Humanos, superando as expectativas dos organizadores do evento.

Participaram dos Congressos pela FADISP, os Professores Doutores Francisco Pedro Jucá, Lauro Ishikawa, Henrique Garbellini Carnio e Júlio César de Oliveira Vellozo; pelo UNIALFA, a Vice-Reitora Professora Mestre Fabine Evelin Romão Pimentel, os então Diretores de Pós Graduação Doutores José Antonio Salles e Luis Antonio Vilalta, os Professores Doutores André Ramos Tavares, Thiago Matsushita e Túlio Augusto Tayano Afonso; e, pela Universidad de Valladolid, os Professores Marcos Sacristán Represa, Javier García Medina, Maria Echebarría Sáenz, Noemi Serrano Argüello, Damaso Javier Vicente Blanco, Azucena Escudero Prieto, Patricia Tapia Ballesteros e Alejandro de Pablo Serrano.

Os trabalhos apresentados desde o I Congresso, em 2015, até a presente data, abordaram temas atuais e desafiadores de Direitos Humanos, com propostas relevantes para discussão com os Professores europeus.

A presente obra é resultado destes Congressos, cuja organização se deu graças ao excepcional trabalho realizado pelos Professores Doutores Thiago Lopes Matsushita e Lauro Ishikawa, que coordenaram, juntamente com os Professores da *Universidad de Valladolid*, Doutores Marcos Sacristán Represa e Javier García Medina, sob a organização do Professor Doutor Júlio César de Oliveira Vellozo.

A presente obra é resultado destes Congressos, cuja organização se deu graças ao excepcional trabalho realizado pelos Professores Doutores Thiago Lopes Matsushita e Lauro Ishikawa, que coordenaram, juntamente com os Professores da Universidad de Valladolid, Doutores Marcos Sacristán Represa

e Javier García Medina, sob a organização dos Professores Doutores Júlio César de Oliveira Vellozo, Marco Aurélio Florêncio e Lauro Ishikawa.

Com orgulho, e honrado com a incumbência de apresentar esta significativa obra, parabenizando os Autores desejo aos leitores que usufruam proficuamente dos relatos aqui compartilhados.

Nelson de Carvalho Filho

Reitor UNIALFA e Diretor Superintendente FADISP



A coletânea de tão preciosos artigos, todos alinhados com as expectativas do Programa de Pós Graduação da FADISP, quais sejam a contribuição para o encaminhamento de soluções sobre demandas latentes no seio da sociedade, resulta de anos de reuniões realizadas no ambiente da Universidade de Valladolid, na Espanha, de um grupo seletíssimo de pesquisadores, processo desenvolvido por meio de convênio internacional celebrado por ambas as Instituições.

Assim, manifestando a nossa satisfação em podermos prefaciá-la esta importante Obra, desejamos aos leitores que usufruam dos saberes aqui contidos de maneira produtiva e eficaz.”

José Alves Filho



ISBN 978-85-60519-xx-x